

Concessionária do Bloco Central S.A.

**Demonstrações financeiras referentes aos
exercícios findos em 31 de dezembro de 2024
e 2023.**

Conteúdo

| | |
|---|-----------|
| Relatório da administração | 3 |
| Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras | 9 |
| Balancos patrimoniais | 12 |
| Demonstrações de resultados | 13 |
| Demonstrações dos resultados abrangentes | 14 |
| Demonstrações das mutações do patrimônio líquido | 15 |
| Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto | 16 |
| Notas explicativas às demonstrações financeiras | 17 |

Relatório da Administração

1. Sobre a Companhia

1.1 Aos Acionistas

Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionaria do Bloco Central, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e expressando os resultados alcançados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

1.2 Destaques do ano de 2024

O ano de 2024 foi marcado pelo término do prazo contratual da denominada Fase I-B do Contrato de Concessão e, conseqüentemente, de seus investimentos obrigatórios, voltados à adequação da infraestrutura aos normativos e à disciplina do Contrato de Concessão nos 6 (seis) aeroportos que compõem a Companhia.

O tráfego de passageiros cresceu 2,6% frente a 2023, alcançando 7,78 milhões de passageiros, enquanto a movimentação de cargas de importação e exportação cresceu 7,1% no mesmo período, totalizando 2,4 mil toneladas. Como destaque no campo comercial para os aeroportos do bloco, foram 29 novos contratos de varejo, alimentação e serviços assinados, com 778m² de área bruta locável (ABL) e 23 inaugurações ao longo do ano.

Dentre outras importantes ações comerciais ocorridas, destacam-se:

- 14 (quatorze) inaugurações de operações varejo, alimentação e serviços em Goiânia;
- Inauguração de 1 (um) bolsão de locadora em Palmas, com área de 3.500m²;
- Inauguração de 2 (duas) salas VIP, sendo uma em Palmas e outra em São Luís, totalizando 292m²;
- Ampliação de 1 (uma) sala VIP em Goiânia, com 109m² adicionais.

2. Governança, Gestão e Estratégia Corporativa

2.1 Administração

A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa que inclui o Conselho de Administração e a Diretoria Executiva. A governança corporativa da companhia tem como principal objetivo conduzir, continuamente, os processos decisórios e de gestão, garantindo qualidade e respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas, visando promover equilíbrio, igualdade de interesses e transparência nos processos de tomada de decisão.

O Conselho de Administração é hoje composto por cinco membros eleitos pela Assembleia Geral, todos com prazo de gestão por dois anos, admitida a reeleição.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, a diretoria executiva é composta por dois Diretores, dentre eles, um será designado Diretor Presidente e um Diretor sem designação específica, sendo permitido o acúmulo de cargo da Diretoria da Companhia por uma mesma pessoa. Os representantes da diretoria executiva são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazos de gestão de dois anos, permitidas reeleições.

2.2 Gestão de Pessoas

Em dezembro de 2024, na Companhia 327 colaboradores efetivos e o ativo conta com cultura matricial e com uma administração na sede da Divisão Aeroportos com recursos da média e alta administração compartilhados entre todos os aeroportos.

A empresa prima pela segurança de seus colaboradores e no ano de 2024 continuou a implantação de diversas ações preventivas e inovadoras para garantir uma trajetória com meta de zero acidentes no decorrer de sua atividade.

Além disso, a empresa consolidou sua cultura, tendo como propósito melhorar a vida das pessoas através da mobilidade, a visão de liderar o setor de mobilidade, com foco na criação de valor sustentável, e a cultura dos três Is (Integridade, Integração e Impacto).

2.3 Partes Relacionadas

De acordo com o contrato de concessão, entende-se por parte relacionada referente à Companhia, qualquer controladora, coligada e respectivas controladas, bem como aquelas assim consideradas pelas normas contábeis em vigor.

De forma a garantir a governança em suas transações comerciais com partes relacionadas, cuja finalidade principal é garantir a lisura e transparência nos procedimentos, a utilização de parâmetros de mercado para contratações e o cumprimento das cláusulas contratuais, o contrato de concessão estabeleceu a necessidade de publicação e implementação de uma Política de Transações entre Partes Relacionadas pela Concessionária, a qual estabelece procedimentos específicos que deverão ser observados neste tipo de contratação em linha com as previsões contidas no contrato de concessão a respeito deste tema.

Todo e qualquer contrato a ser realizado com parte relacionada deverá ser enviado à ANAC em até 15 (quinze) dias após a sua celebração com a justificativa da administração para a contratação com a parte relacionada em vistas das alternativas de mercado.

3. Desempenho Econômico e Financeiro

3.1 Receita

| Receitas Operacionais* | 2024 | 2023 | Varição |
|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Receitas Tarifárias | 214.856 | 194.146 | 11% |
| Receitas Não Tarifárias | 107.033 | 86.180 | 24% |
| Receita Bruta | 321.889 | 280.326 | 15% |
| (-)Deduções da Receita | (41.933) | (39.410) | 6% |
| Receita Líquida | 279.956 | 240.916 | 16% |

*Desconsidera Receita de Construção

Em 2024 houve um crescimento de 11% na receita tarifária, puxado pela melhora na demanda de passageiros e novos contratos de carga, enquanto a quantidade de movimentos apresentou redução devido à performance de aviação geral, conforme quadro abaixo:

| Indicadores Operacionais | 2024 | 2023 | Varição |
|---------------------------------------|-------------|-------------|----------------|
| Número de Passageiros Totais | 7.788.007 | 7.588.141 | 2,6% |
| Movimentação Total de Aeronaves (MTA) | 112.452 | 117.412 | -4,2% |
| Volume de Cargas (Toneladas) | 2.315 | 2.227 | 3,9% |

A receita não tarifária teve um aumento de 24% principalmente impactada boa performance de locadoras de veículos (incluindo a negociação de um novo bolsão no Aeroporto de Palmas), inaugurações de operações de varejo, alimentação e serviços (sendo 14 inaugurações apenas no Aeroporto de Goiânia), inauguração de 2 salas

VIP (Palmas e São Luís) e ampliação de 1 sala VIP em Goiânia, além da assinatura de 2 novos contratos de hangares.

3.2 Custos e Despesas

Em 2024 a Companhia atuou plenamente durante todo o ano de 2024, apesar de grande atuação o patamar de custos é o mesmo se comparado a 2023, o compromisso da Companhia com a eficiência operacional continua, destaca-se importante economia em custos recorrentes a partir da negociação de novos contratos de diversos serviços operacionais, tais como limpeza, segurança e bombeiros.

3.3 Dívida

Em julho de 2024 foi realizada a contratação de R\$ 137.500 junto ao Banco do Nordeste (BNB), com remuneração de IPCA + 3,29% a.a. Realizamos também o desembolso de R\$ 70.000 com o BNDES, com remuneração de IPCA +8,05% a.a. Esses recursos tiveram como destinação a realização de investimentos.

4. Sustentabilidade

4.1 ESG

A sustentabilidade é um tema estratégico do Grupo CCR para impulsionar a geração de valor aos acionistas, clientes, fornecedores, sociedade, colaboradores e todos os seus outros públicos de relacionamento. Assim sendo, em 2024 anunciou a Ambição CCR 2035, consolidando a visão estratégica do Grupo CCR para a próxima década. Um dos pilares que a sustentam é a Liderança em Sustentabilidade, desdobrada em Estratégia de Sustentabilidade, revisada também neste ano, endereçando os temas materiais e compromissos da CCR.

Para garantir a implementação da Estratégia de Sustentabilidade, foi revisada e definida uma governança composta por: Conselho de Administração (CA), Comitê de Pessoas & ESG (CP&ESG), Comitê Estratégico de Sustentabilidade (CES), Grupo Tático e Operacional de Sustentabilidade (GTOS), Diretoria de Sustentabilidade e colaboradores CCR. As responsabilidades associadas aos membros da governança de sustentabilidade foram definidas e divulgadas no Regimento da Governança da Estratégia de Sustentabilidade do Grupo CCR.

Assegurada por uma estrutura de governança de forma que a sustentabilidade ocorra de maneira transversal à Companhia, desde o Conselho de Administração (CA) até as concessionárias que administram os ativos de infraestrutura do Grupo CCR, estando a gestão desta estratégia a cargo da Diretoria Vice-Presidência de Sustentabilidade, Riscos e Compliance. A atuação do Conselho de Administração, por meio do Comitê de Pessoas e ESG (CP&ESG) que o assessora, através do monitoramento e antecipação de tendências em temas globais de ESG (Environmental, Social and Governance), identificando questões críticas que representem oportunidades de aprimoramento, riscos ou que possam ter impacto relevante nos negócios, no relacionamento com partes interessadas, na imagem do Grupo CCR e nos seus resultados de curto, médio e longo prazos.

A Diretoria de Sustentabilidade (DS) conta com executiva responsável pela gestão do tema e equipe responsável por disseminar e internalizar os conceitos, práticas e estratégia para os negócios, atuando como um consultor interno para o tema, além de ser responsável por promover ações de engajamento e capacitação, buscando manter o pioneirismo à frente da agenda de sustentabilidade no setor de atuação.

Em 2024, seguimos avançando com a revisão/atualização e desdobramento da Estratégia de Sustentabilidade, além das metas ESG atreladas à remuneração variável dos executivos, que são desdobradas na Companhia. Seguimos integrando a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e pelo 14º ano consecutivo, permanecemos listados no Índice de Carbono Eficiente (ICO2), ambos da B3. Além disso, mantivemos rating AA no MSCI (Morgan Stanley Capital International), conforme última atualização. Somos Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol) desde 2013, alcançando

a marca de 11 anos consecutivos. O score do CDP (Carbon Disclosure Project) 2024, assim como a atualização da carteira do ISE 2024/2025, não foram disponibilizados até a data de publicação deste Relatório.

Um sólido conjunto de políticas corporativas é a base para que a gestão da sustentabilidade esteja em linha com os objetivos estratégicos do Grupo CCR. Para conhecer as políticas do Grupo CCR, acesse a seção de Governança no site da CCR, no item Políticas, Estatuto, Código de Ética, Acordo de Acionistas e Outros Contratos - CCR.

Visando a transparência de suas ações, anualmente, o Grupo CCR divulga os resultados e avanços na gestão da sustentabilidade dos negócios por meio do seu Relatório Anual Integrado (RAI), adotando a metodologia proposta pelo Comitê Internacional para Relatos Integrados (sigla em inglês, IIRC) e dos indicadores padronizados internacionalmente, propostos pela Global Reporting Initiative (GRI) e Sustainability Accounting Standards Board (SASB).

Para ler a edição mais recente do Relatório Anual Integrado acesse:
<http://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

4.2 Iniciativas voluntárias

O Grupo CCR participa voluntariamente de iniciativas externas capitaneadas por instituições reconhecidas pelo esforço para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Os principais movimentos aos quais a Companhia adere são:

- Pacto Global (Organização das Nações Unidas – ONU): iniciativa da ONU que dissemina 10 princípios a serem seguidos por companhias que ambicionam agir com responsabilidade e sustentabilidade.
- Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): plataforma da ONU que visa engajar governos, empresas, ONGs e cidadãos em prol do desenvolvimento sustentável.
- Disclosure Insight Action (CDP): coalizão internacional que fomenta a publicação de inventários de GEE (Gases do Efeito Estufa) e informações sobre a gestão das emissões para o público investidor.
- Global Reporting Initiative (GRI): organização multistakeholder que desenvolveu as diretrizes mais aceitas internacionalmente para o relato da gestão de sustentabilidade corporativa.
- Sustainability Accounting Standards Board (SASB): os padrões SASB promovem a divulgação de informações materiais de sustentabilidade para atender às necessidades dos investidores, de acordo com cada setor.
- Relato Integrado (IIRC): o principal objetivo desse framework é explicar para os stakeholders como a Companhia gera valor ao longo do tempo, em diferentes tipos de capitais.
- Movimento Ambição Net Zero: uma iniciativa do Pacto Global da ONU no Brasil, que apoia empresas a estabelecerem compromissos e metas em relação ao clima.
- Science Based Targets Initiative (SBTi): a iniciativa impulsiona ações climáticas ambiciosas no setor privado, permitindo que as organizações estabeleçam metas de redução de emissões com base científica.
- CEBDS: Adesão ao Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), que em conjunto com as companhias associadas atuam como agentes de transformação, liderando e cocriando o caminho rumo a uma economia mais sustentável e equitativa para esta e, também, para futuras gerações.

4.3 Meio Ambiente – Principais ações e destaques

A busca pela redução de impactos ambientais e a otimização no consumo de recursos naturais são premissas da gestão sustentável dos negócios da CCR, consideradas em toda cadeia de valor das plataformas (rodovias, mobilidade urbana e aeroportos), colaborando na construção de uma economia de baixo carbono, mitigando os impactos na biodiversidade e reduzindo o consumo de recursos naturais. Para isso, o Grupo se fortalece com diretrizes corporativas, como a Política de Meio Ambiente e a Política de Mudanças Climáticas e apoia fortemente as iniciativas locais nas unidades de negócio, com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental como um dos pilares do Sistema de Gestão Integrado CCR.

O Grupo CCR realiza a gestão da biodiversidade de flora e fauna de acordo com as exigências legais, como projetos de restauração florestal.

A Estratégia Climática é um tema material para o Grupo CCR, sendo pioneiro no setor neste ano ao divulgar a estratégia de resiliência climática para 100% dos seus ativos. A CCR também possui a Política de Mudanças Climáticas, que passou por revisão no final de 2024 e tem como objetivo estabelecer compromissos e diretrizes para a gestão de riscos, impactos e oportunidades, bem como para a adaptação aos efeitos dessas alterações e a redução das emissões de gases de efeito estufa nas operações nos negócios do Grupo CCR.

Ela afirma o compromisso com o esforço internacional de limitar o aquecimento global a 1,5°C até 2033, conforme definido no Acordo de Paris.

A agenda climática também compõe a Matriz de Riscos Corporativos do Grupo CCR, com base nas recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosures (TCFD).

Em 2023, recebeu a aprovação de suas metas de redução de gases de efeito estufa pela Science Based Targets Initiative (SBTi). Com isso, a CCR se tornou a primeira empresa do setor de infraestrutura no país a firmar o compromisso público de descarbonização com a iniciativa. Para contribuir com os avanços das metas estabelecidas e Ambição 2035, a CCR antecipou, em um ano, sua meta de abastecer 100% de suas operações com energia renovável.

Em 2024, a Companhia realizou a primeira operação de compra de crédito de carbono do Brasil, que será registrada na plataforma da B3. Além disso, firmou parceria com geradoras e transmissoras de energia elétrica renovável, reforçando seu compromisso com a sustentabilidade.

Ainda em 2024, o Grupo CCR iniciou a avaliação dos impactos, dependências, riscos e oportunidades para a Plataforma Rodovias seguindo a metodologia proposta pela TNFD - Task Force on Nature Financial Disclosure, denominada LEAP – Localize, Evaluate, Assess, Prepare. Tal iniciativa fundamentará a atuação da Companhia na adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SBN, ou NBS – Nature Based Solutions) como medida de compensação dos impactos do negócio.

Outros destaques e informações podem ser verificados no site:

<https://www.grupoccr.com.br/sustentabilidade/relatorios>

5. Considerações finais

5.1 Auditores Independentes

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não-auditoria com base no princípio de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais e promover nossos interesses. Entretanto, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

As informações financeiras aqui apresentadas estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de demonstrações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos Auditores Independentes.

5.2 Declaração da Diretoria

A Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda. ("KPMG") sobre as demonstrações financeiras da Companhia, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

5.3 Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, a Agência Nacional da Aviação Civil, aos usuários, financiadores e instituições financeiras e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento.

Agradecemos também aos nossos colaboradores pelo entusiasmo em sempre encarar todos os nossos desafios como oportunidades de aprendizados e crescimento.

São Paulo, 20 de março de 2025.

A Administração



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 - Parte, Chácara Santo Antônio,
CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Concessionária do Bloco Central S.A.

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Bloco Central S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Bloco Central S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de março de 2025.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Marcelo Gavioli
Contador CRC 1SP201409/O-1

Concessionária do Bloco Central S.A.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de Reais)

| Ativo | Nota | 2024 | 2023 |
|--|-------------|------------------|------------------|
| Circulante | | 99.301 | 215.941 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 55.384 | 172.715 |
| Contas a receber das operações | 7.1 | 33.145 | 29.343 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 9 | 72 | 171 |
| Tributos a recuperar | | 4.145 | 5.685 |
| Estoque | | 3.434 | 4.117 |
| Despesas antecipadas | | 2.956 | 3.538 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 58 | 331 |
| Outros créditos | | 107 | 41 |
| Não circulante | | 1.548.810 | 1.030.117 |
| Realizável a longo prazo | | | |
| Aplicação financeira - conta reserva | 6 | 3.139 | - |
| Contas a receber das operações | 7.1 | 62 | 357 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 8.2 | 39.704 | 55.476 |
| Estoque | | 1.122 | - |
| Tributos a recuperar | | 979 | 814 |
| Outros créditos | | 138 | 26 |
| Imobilizado | 10 | 10.215 | 10.882 |
| Intangível | 11 | 1.341.197 | 808.666 |
| Infraestrutura em construção | 11 | 152.170 | 153.786 |
| Direito de uso em arrendamento | | 84 | 110 |
| Total do ativo | | 1.648.111 | 1.246.058 |
| Passivo e Patrimônio Líquido | Nota | 2024 | 2023 |
| Circulante | | 98.046 | 74.598 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 2.164 | - |
| Debêntures | 15 | 11.947 | 9.901 |
| Fornecedores | 12 | 35.517 | 34.089 |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 9 | 23.701 | 5.016 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 13 | 15.080 | 14.048 |
| Impostos e contribuições a recolher | | 7.942 | 6.495 |
| Passivo de arrendamento | | 31 | 31 |
| Outras obrigações | | 1.664 | 5.018 |
| Não circulante | | 1.041.227 | 800.262 |
| Empréstimos e financiamentos | 14 | 201.863 | - |
| Debêntures | 15 | 838.551 | 799.140 |
| Fornecedores | 12 | 140 | 374 |
| Obrigações sociais e trabalhistas | 13 | 75 | 98 |
| Passivo de arrendamento | | 63 | 88 |
| Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários | 16.1 | 55 | 29 |
| Outras obrigações | | 480 | 533 |
| Patrimônio líquido | 17 | 508.838 | 371.198 |
| Capital social | | 587.310 | 480.010 |
| Reservas de capital | | 367 | 127 |
| Prejuízos acumulados | | (78.839) | (108.939) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.648.111 | 1.246.058 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| | Nota | 2024 | 2023 |
|--|------|------------------|------------------|
| Receitas operacionais líquidas | 18 | 753.234 | 343.920 |
| Custo dos serviços prestados | | (656.237) | (279.467) |
| Custo de construção | | (473.278) | (103.004) |
| Serviços | | (87.688) | (83.005) |
| Custo com pessoal | | (45.585) | (46.218) |
| Depreciação e amortização | | (15.698) | (13.058) |
| Materiais, equipamentos e veículos | | (12.871) | (11.955) |
| Seguros | | (2.959) | (4.073) |
| Energia elétrica | | (10.642) | (12.143) |
| Aluguéis | | (2.698) | (3.641) |
| Outros | | (4.818) | (2.370) |
| Lucro bruto | | 96.997 | 64.453 |
| Despesas operacionais | | | |
| Despesas gerais e administrativas | | (26.211) | (27.308) |
| Despesas com pessoal | | (11.970) | (11.678) |
| Serviços | | (7.573) | (7.009) |
| Depreciação e amortização | | (1.041) | (733) |
| Materiais, equipamentos e veículos | | (169) | (211) |
| Campanhas publicitárias e eventos, feiras e informativos | | (1.314) | (2.693) |
| Impostos, taxas e despesas com cartório | | (741) | (656) |
| Gastos com viagens e estadias | | (500) | (327) |
| Perdas com clientes | | (385) | (11.416) |
| Aluguéis de imóveis e condomínios | | (347) | (526) |
| Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários | 16.1 | (26) | (29) |
| Reversão para perda esperada - contas a receber das operações | | 349 | 10.429 |
| Outras receitas (despesas) operacionais | | (2.494) | (2.459) |
| Resultado antes do resultado financeiro | | 70.786 | 37.145 |
| Resultado financeiro | 19 | (24.914) | (101.410) |
| Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social | | 45.872 | (64.265) |
| Imposto de renda e contribuição social - diferidos | 8.2 | (15.772) | 21.508 |
| Lucro (prejuízo) do exercício | | 30.100 | (42.757) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|-----------------|
| Lucro (prejuízo) do exercício | 30.100 | (42.757) |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Total do resultado abrangente do exercício | 30.100 | (42.757) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

| | Nota | Capital social | | Reserva de capital | Prejuízos acumulados | Total |
|---|------|----------------|------------------|-----------------------------------|----------------------|----------------|
| | | Subscrito | A integralizar | Plano de Incentivo de Longo Prazo | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2023 | | 935.705 | (655.695) | - | (66.182) | 213.828 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | (42.757) | (42.757) |
| Integralização de capital social em 10 de outubro de 2023 | | - | 200.000 | - | - | 200.000 |
| Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações | | - | - | 127 | - | 127 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 935.705 | (455.695) | 127 | (108.939) | 371.198 |
| Prejuízo do exercício | | - | - | - | 30.100 | 30.100 |
| Integralização de capital social em 15 de fevereiro de 2024 | 17.1 | - | 60.300 | - | - | 60.300 |
| Integralização de capital social em 20 de maio de 2024 | 17.1 | - | 17.000 | - | - | 17.000 |
| Integralização de capital social em 8 de julho de 2024 | 17.1 | - | 30.000 | - | - | 30.000 |
| Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações | 17.2 | - | - | 240 | - | 240 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | | 935.705 | (348.395) | 367 | (78.839) | 508.838 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Bloco Central S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

| Fluxo de caixa das atividades operacionais | Nota | 2024 | 2023 |
|---|---------|------------------|-----------------|
| Lucro (prejuízo) do exercício | | 30.100 | (42.757) |
| Ajustes por: | | | |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 8.1 | 15.772 | (21.508) |
| Depreciação e amortização | 10 e 11 | 16.713 | 13.765 |
| Baixa de ativo imobilizado | 10 | 49 | - |
| Depreciação - direito de uso de arrendamento | | 26 | 26 |
| Reversão do ajuste a valor presente de arrendamento | | 7 | 9 |
| Juros e variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos | 19 | 103.005 | 114.428 |
| Capitalização de custo de debêntures, empréstimos e financiamentos | 19 | (81.644) | (8.882) |
| Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros | 19 | 42 | (70) |
| Provisão para perda esperada - contas a receber das operações | 7.1 | (349) | (10.429) |
| Constituição líquida de reversões e atualizações para provisões de riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários | 16.1 | 158 | 34 |
| Comissão de fianças partes relacionadas | 9 e 19 | 10.288 | 13.204 |
| Rendimentos de aplicações financeiras | | (818) | (573) |
| Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações | 17.2 | 240 | 127 |
| Variações nos ativos e passivos | | | |
| (Aumento) redução dos ativos | | | |
| Contas a receber das operações | 7.1 | (3.158) | 12.454 |
| Contas a receber de partes relacionadas | 9 | 99 | (76) |
| Tributos a recuperar | | 1.694 | (2.494) |
| Adiantamentos a fornecedores | | 273 | (331) |
| Estoque | | (439) | (1.094) |
| Despesas antecipadas e outros créditos | | 404 | 652 |
| Aumento (redução) dos passivos | | | |
| Fornecedores | 12 | 30.396 | (11.703) |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 9 | 8.397 | (23.924) |
| Impostos e contribuições a recolher | | 1.447 | 2.531 |
| Pagamento de provisões para riscos cíveis, trabalhistas e previdenciários | 16.1 | (132) | (5) |
| Obrigações socias e trabalhistas | | 1.009 | 529 |
| Outras obrigações | | (3.407) | 2.491 |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | 130.172 | 36.404 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Aquisição de ativo imobilizado | 10 | (949) | (1.624) |
| Adições ao ativo intangível | 11 | (494.216) | (101.936) |
| Outros de intangível | 11 | 236 | - |
| Aplicações financeiras liquidas de resgate | | 818 | 13.799 |
| Aplicações na conta reserva | | (3.139) | - |
| Caixa líquido usado nas atividades de investimento | | (497.250) | (89.761) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Debêntures, empréstimos e financiamentos: | | | |
| Captações (líquidas de custos de transação) | 22.2 | 211.928 | 793.124 |
| Pagamento principal | 22.2 | (10.000) | (877.954) |
| Pagamento juros | 22.2 | (59.449) | - |
| Arrendamento: | | | |
| Pagamento | | (32) | (32) |
| Integralização de capital | 17.1 | 107.300 | 200.000 |
| Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento | | 249.747 | 115.138 |
| (Redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa | | (117.331) | 61.781 |
| Demonstração do (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa | | | |
| No início do exercício | | 172.715 | 110.934 |
| No final do exercício | | 55.384 | 172.715 |
| | | (117.331) | 61.781 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Concessionária do Bloco Central S.A. (“Companhia” ou “Concessionária”), é uma sociedade anônima fechada domiciliada no Brasil. A sede está localizada na Rua Paes Leme, n.º 524, 4º andar, Pinheiros, na cidade de São Paulo, Estado São Paulo.

A Companhia foi constituída em 20 de maio de 2021 tendo o contrato de concessão assinado em 18 de outubro de 2021 por um prazo de 30 anos a partir da data de eficácia, qual seja, até 24 de novembro de 2051.

A Companhia é responsável pela prestação do serviço público de ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária dos aeroportos Santa Genoveva em Goiânia/GO, Internacional Marechal Cunha Machado em São Luiz/MA, Senador Petrônio Portela em Teresina/PI, Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE.

Durante o primeiro trimestre de 2022 a Companhia concluiu o processo de assunção das operações junto à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO e cumpriu com todos os requisitos contratuais e regulatórios necessários para a certificação operacional da Companhia como operador aeroportuário. Sendo assim, em 9 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Brigadeiro Lysias Rodrigues em Palmas/TO, Prefeito Renato Moreira em Imperatriz/MA e Senador Nilo Coelho em Petrolina/PE e em 24 de março de 2022, deu-se início as operações comerciais dos aeroportos Santa Genoveva em Goiânia/GO, Internacional Marechal Cunha Machado em São Luiz/MA e Senador Petrônio Portela em Teresina/PI.

Em maio de 2022, a Companhia submeteu à apreciação do Poder Concedente os respectivos anteprojetos e cronogramas de execução dos investimentos de ampliação e adequação da infraestrutura previstos para cada aeroporto, com a caracterização da infraestrutura para atendimento aos requisitos contratuais estabelecidos, após a realização do processo de consulta às partes interessadas relevantes.

Em agosto de 2022, a Companhia concluiu a implementação das ações e intervenções imediatas que objetiva aprimorar os padrões operacionais dos aeroportos em questão, por meio da melhoria das condições de utilização dos banheiros e fraldários, revitalização e atualização das sinalizações de informação, disponibilização de internet wi-fi gratuita de alta velocidade em todo terminal de passageiros, revisão e melhoria do sistema de iluminação das vias de acesso de veículos, revisão dos sistemas de climatização, escadas rolantes, esteiras rolantes, elevadores e esteiras para restituição de bagagens, revisão e melhoria das condições de infraestrutura em termos de acessibilidade e demais atividades identificadas.

Em novembro de 2022, a Companhia apresentou o seu Plano de Gestão de Infraestrutura (PGI) às partes interessadas relevantes e à Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, contendo o planejamento para o atendimento aos requisitos de infraestrutura durante todo o período da concessão.

Em 2023 iniciaram os investimentos necessários, previstos pelo Plano de Exploração Aeroportuária – PEA, para adequação das infraestruturas dos 6 aeroportos que compõem a Companhia.

Em 2024, os investimentos previstos pelo Plano de Exploração Aeroportuária – PEA foram concluídos, tendo como escopo, a depender do aeroporto, reforma, expansão e melhoria dos terminais de passageiro, ampliação de posições de pátios, adequações aos regulamentos vigentes entre outros.



Bens reversíveis

No final do período de concessão, retornam ao Poder Concedente todos os direitos, privilégios e bens adquiridos, construídos ou transferidos no âmbito do contrato de concessão, sem direito a indenizações.

Apesar do contrato de concessão não incluir cláusulas de renovação, a extensão do prazo de concessão pode ocorrer em caso de necessidade de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato pactuado entre as partes.

Os direitos do Poder Concedente de rescindir o contrato de concessão da Companhia incluem o desempenho insatisfatório da concessionária e a violação significativa dos termos do referido contrato.

O contrato de concessão da Companhia poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, no caso de descumprimento das normas contratuais pelo Poder Concedente, tais como, o não pagamento por parte do Poder Concedente conforme estabelecido no contrato, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim. Neste caso, os serviços prestados pela Companhia não poderão ser interrompidos ou paralisados, até a decisão judicial transitada em julgado.

1.1. Outras informações relevantes - Processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragem relacionados a questões dos contratos de concessão

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos-regulatórios e arbitragens, relacionados a questões do contrato de concessão.

Os processos administrativos-regulatórios são os instrumentos formais pelos quais ocorre a interação entre a Companhia e o Poder Concedente (como uma relação de prestador de serviço com o cliente) a respeito de temas diversos relativos ao contrato de concessão, abrangendo, mas não se limitando a, questões que afetam interpretação contratual e o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Tais processos administrativos-regulatórios podem ser iniciados por qualquer das partes, e neles são apresentados e debatidos temas técnicos, regulatórios, contratuais e jurídicos de naturezas diversas sobre a dinâmica da concessão. Durante a sua tramitação, tais processos trazem posições preliminares ou não definitivas a respeito das expectativas de direito de cada parte solicitante. Decisões administrativas devem ser proferidas observando a legislação própria de regência e os próprios contratos de concessão e, de uma forma geral, podem ser objeto de revisão judicial ou arbitral.

As naturezas dessas discussões contratuais tipicamente envolvem reajustes tarifários, eventos de força maior, modificações no momento de execução ou no escopo de obras previstas no contrato de concessão, controvérsias sobre o cumprimento ou não de requisitos contratuais específicos ou ainda sua forma de mensuração.

Existem incertezas relacionadas à mensuração dos processos regulatórios, dentre elas: (i) o entendimento de cada uma das partes sobre o tema, (ii) negociações ou suas evoluções subsequentes, que alteram substancialmente os valores envolvidos, (iii) a complexidade de mensuração, que comumente envolvem perícias técnicas, (iv) elevada probabilidade de que temas diversos sejam avaliados e solucionados de forma conjunta, pelo respectivo saldo líquido dos pleitos reconhecidos de cada parte, e (v) a forma da liquidação.

As resoluções finais sobre os temas regulatórios podem se dar de diversas formas, não excludentes, tais como: i) recebimento ou pagamento em caixa; ii) extensão ou redução de prazo contratual da concessão; iii) redução ou incremento de compromisso de investimentos futuros, aumento ou redução da tarifa.



Além disso, reequilíbrios recebidos sob a forma de aumento ou redução tarifária são reconhecidos à medida em que o serviço é prestado pela concessionária, assim como, reequilíbrios sob a forma de redução ou aumento de compromissos de investimentos futuros, que, por serem contratos executórios, serão reconhecidos no momento da realização da obra de melhoria da infraestrutura.

O acionista e a Administração da Companhia reiteram sua confiança nos procedimentos legais vigentes aplicáveis ao contrato de concessão e avalia o risco de perda das discussões relacionadas a questões regulatórias dos contratos como sendo remoto e/ou sem expectativa de desembolso de caixa.

As demonstrações financeiras não contemplam ajustes decorrentes dessas discussões.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às Práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 20 de março de 2025, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia a emissão das demonstrações financeiras.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas:



- 7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais poderão ser utilizados;
- 11. Amortização dos ativos intangíveis: curva de amortização;
- 16.1. Provisão para riscos cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso; e
- 20. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1. Moeda estrangeira

Transações com moeda estrangeira

Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio da data do fechamento. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado, e passam a compor os valores dos registros contábeis em reais destas transações, não se sujeitando a variações cambiais posteriores.

Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos são reconhecidos na demonstração de resultados.

3.2. Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance e; (5) reconhecimento da receita.

As receitas aeroportuárias são reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes dos aeroportos.

As receitas não tarifárias, são reconhecidas quando da prestação dos serviços.

Receitas de construção: segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços, os quais são determinados em função do estágio de conclusão da evolução física do trabalho contratado, que é alinhada com a medição dos trabalhos realizados.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão ou quando da prestação de serviço.



Os valores das tarifas são pactuados na celebração do contrato de concessão, que preveem as premissas de reajustes anuais.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 18.

3.3. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:



- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativo financeiro a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



3.4. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.5. Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.6. Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.



Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa n.º 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.7. Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

- Direito de exploração de infraestrutura concedida - vide item 3.12.

Os ativos em fase de construção são classificados como Infraestrutura em construção.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados sobre a existência de qualquer indicativo sobre a perda de valor recuperável. Caso tais indicativos existam, a Companhia efetua o teste de valor recuperável.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias e cambiais sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.



3.10. Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego, sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam



disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Companhia, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.12. Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura (ICPC 01)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão, não é registrada como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do concedente nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance da ICPC 01, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo no reconhecimento inicial e após são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem, líquida de impostos, é irrelevante, considerando-a zero.

O direito de exploração da infraestrutura também pode ser oriundo de pagamentos ao Poder Concedente em troca do direito de cobrar os usuários pela utilização da infraestrutura.

Dispêndios realizados na construção de obras de melhorias que não geram benefício econômico futuro são registrados como custo quando incorridos por não atenderem ao critério de reconhecimento de ativo intangível.



Em função dos contratos de concessão serem executórios, construções de obras de melhoria da infraestrutura são reconhecidas contabilmente apenas quando da sua execução física.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

3.13. Adoção inicial de normas novas e alterações

A Companhia adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2024, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2024:

- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40;
- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26 e CPC 23;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26; e
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06.

3.14. Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2024 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Outras Normas Contábeis

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.



- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de taxas de câmbio; e
- d) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, que potencialmente sujeitam as investidas à concentração de risco de crédito. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 14, 15 e 20.

b) Risco de taxas de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as debêntures. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em



sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamento a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 14, 15 e 20.

c) Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas para a aquisição de equipamentos e insumos no exterior, bem como para a liquidação de passivos financeiros.

Para maiores detalhes vide notas explicativas n.º.20.

d) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contrato de debêntures. A Administração avalia que a Companhia goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamento de juros contratuais:

| | Menos de 1 ano | Entre 1 e 2 anos | Entre 3 e 4 anos | Entre 3 e 4 anos | Acima de 4 anos |
|---|-------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------|
| Financiamentos (a) | 16.243 | 23.395 | 25.268 | 24.542 | 334.536 |
| Debêntures (a) | 58.143 | 58.713 | 61.547 | 64.820 | 1.457.874 |
| Fornecedores e outras obrigações | 37.181 | 620 | - | - | - |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | 23.701 | - | - | - | - |

(a) Valores brutos dos custos de transação.



6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

| Caixa e equivalentes de caixa | 2024 | 2023 |
|---|---------------|----------------|
| Caixa e bancos | 1.011 | 228 |
| Aplicações financeiras enquadradas como equivalentes de caixa (a) | 54.373 | 172.487 |
| Total | 55.384 | 172.715 |

| Aplicações financeiras | 2024 | 2023 |
|------------------------|--------------|------|
| Não circulante | 3.139 | - |
| Conta reserva (b) | 3.139 | - |
| Total | 3.139 | - |

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 99,07% do CDI, equivalente a 10,77% a.a., em 31 de dezembro de 2024 (101,35% do CDI, equivalente a 13,28% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2023).

- (a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB; e
(b) Destinada a atender obrigações contratuais de longo prazo relacionadas a empréstimos (nota explicativa n.º 14).

7. Contas a receber

7.1. Contas a receber líquidas

| | 2024 | 2023 |
|------------------------------------|---------------|---------------|
| Circulante | 33.145 | 29.343 |
| Contas a receber das operações (a) | 35.733 | 32.280 |
| Provisão para perda esperada (b) | (2.588) | (2.937) |
| Não circulante | 62 | 357 |
| Contas a receber das operações (a) | 62 | 357 |
| Total | 33.207 | 29.700 |

- (a) Créditos a receber decorrentes de tarifas aeroportuárias, tais como tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem, capatazia e créditos a receber decorrentes de receitas não tarifárias tais como estacionamento, locação de espaço físico, direito de acesso ao terminal e outros serviços de apoio; e
(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

| Idade de vencimentos dos títulos | 2024 | 2023 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Créditos a vencer | 31.975 | 29.446 |
| Créditos vencidos até 60 dias | 1.000 | - |
| Créditos vencidos de 61 a 90 dias | 232 | 254 |
| Créditos vencidos de 91 a 180 dias | 546 | 1.785 |
| Créditos vencidos há mais de 180 dias | 2.042 | 1.152 |
| Total | 35.795 | 32.637 |



8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social - diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

| Conciliação do imposto de renda e contribuição social | 2024 | 2023 |
|--|-----------------|-----------------|
| Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social | 45.872 | (64.265) |
| Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%) | (15.596) | 21.850 |
| Efeito tributário das adições e exclusões permanentes | | |
| Despesas indedutíveis | (300) | (332) |
| Remuneração variável de dirigentes e estatutários | (21) | (50) |
| Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic) | 110 | 40 |
| Outros ajustes tributários | 35 | - |
| Despesa de imposto de renda e contribuição social | (15.772) | 21.508 |
| Impostos diferidos | (15.772) | 21.508 |
| Alíquota efetiva de impostos | 34,38% | 33,47% |

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

| | 2024 | 2023 |
|---|-----------------|----------------|
| Ativo | 75.469 | 61.324 |
| IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a) | 70.309 | 56.083 |
| Provisão para participação nos resultados (PLR) | 2.720 | 2.984 |
| Provisão para perda esperada - contas a receber das operações | 880 | 999 |
| Pré-operacionalidade | 540 | 789 |
| Tributos com exigibilidade suspensa - Pis e Cofins | 612 | 240 |
| Outros | 408 | 229 |
| Compensação de imposto ativo | (35.765) | (5.848) |
| Impostos ativos após compensação | 39.704 | 55.476 |
| Passivo | (35.765) | (5.848) |
| Capitalização de juros | (31.171) | (3.525) |
| Custo de transação de empréstimos | (4.594) | (2.323) |
| Compensação de imposto passivo | 35.765 | 5.848 |
| Impostos passivos após compensação | - | - |
| Imposto diferido líquido | 39.704 | 55.476 |
| Movimentação do imposto diferido | 2024 | 2023 |
| Saldos em 1º de janeiro | 55.476 | 33.968 |
| Reconhecimento no resultado | (15.772) | 21.508 |
| Saldos em 31 de dezembro | 39.704 | 55.476 |



- (a) A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios, podendo a recuperação ser realizada em prazo diferente, em função de eventuais reorganizações societárias e de estrutura de capital:

| | 2024 |
|----------------|---------------|
| 2027 | 2.642 |
| 2028 | 6.192 |
| 2029 | 10.507 |
| 2030 em diante | 50.968 |
| Total | 70.309 |

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Companhia, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

| Saldos | 2024 | | | 2023 | | | |
|-------------------------------|-----------------------|----------------------------|---------------|--------------|-----------------------|----------------------------|---------------|
| | Controladora indireta | Outras partes relacionadas | Total | Controladora | Controladora indireta | Outras partes relacionadas | Total |
| Ativo | 21 | 981 | 1.002 | 25 | 40 | 22.536 | 22.601 |
| Aplicações financeiras | - | - | - | - | - | 22.262 | 22.262 |
| Bancos conta movimento | - | 930 | 930 | - | - | 168 | 168 |
| Contas a receber | 21 | 51 | 72 | 25 | 40 | 106 | 171 |
| Passivo | 23.622 | 79 | 23.701 | 17 | 416 | 4.583 | 5.016 |
| Fornecedores e contas a pagar | 23.622 | 79 | 23.701 | 17 | 416 | 4.583 | 5.016 |

| | 2024 | | | | 2023 | | | |
|---|--------------|-----------------------|----------------------------|----------|--------------|-----------------------|----------------------------|----------|
| | Controladora | Controladora indireta | Outras partes relacionadas | Total | Controladora | Controladora indireta | Outras partes relacionadas | Total |
| Custos / despesas - benefício da previdência privada de colaboradores | - | - | (323) | (323) | - | - | (317) | (317) |
| Custos / despesas - benefício em vales a colaboradores | - | - | (4.856) | (4.856) | - | - | - | - |
| Custos / despesas - serviços de suporte e manutenção de tecnologia | - | - | (798) | (798) | - | - | (1.682) | (1.682) |
| Custos / despesas - serviços de transmissão de dados | - | - | (22) | (22) | - | - | (46) | (46) |
| Custos / despesas - serviços especializados e consultorias | - | - | (132) | (132) | - | (203) | - | (203) |
| Custos / despesas - treinamento de pessoal | - | - | - | - | - | - | (13) | (13) |
| Custos / despesas - infraestrutura utilizada | - | - | (887) | (887) | - | - | (573) | (573) |
| Custos / despesas - doações | - | - | - | - | - | - | (547) | (547) |
| Custos / despesas - seguros | - | - | (7) | (7) | - | - | (4) | (4) |
| Ressarcimento - outros gastos gerais | - | - | 2 | 2 | - | - | - | - |
| Despesas de prestação de garantias em emissões de dívidas | - | (9.045) | (1.365) | (10.410) | - | (13.204) | - | (13.204) |
| Despesas financeiras - juros e variações monetárias | - | - | (71) | (71) | - | - | (477) | (477) |
| Imobilizado | - | - | - | - | - | (9) | (1) | (10) |
| Receitas de aplicações financeiras | - | - | 457 | 457 | - | - | 2.535 | 2.535 |
| Receita de prestação de serviço de partes relacionadas | - | - | 330 | 330 | - | - | 335 | 335 |
| Repasse de custos e despesas - CSC | - | (14.816) | - | (14.816) | - | (13.040) | - | (13.040) |
| Repasse de custos e despesas de colaboradores | (763) | (132) | 201 | (694) | (670) | 585 | (304) | (389) |
| Intangível | - | - | 89 | 89 | - | - | - | - |

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave

| | 2024 |
|--|------------|
| Remuneração (a) | 243 |
| Outros benefícios: | 243 |
| Complemento de provisão de PPR do ano anterior (b) | 243 |



Na Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 5 de abril de 2024, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da Administração e diretoria da Companhia de até R\$ 1.000, incluindo honorários, eventuais gratificações, seguridade social e benefícios.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi repassado através de rateio da Controladora Indireta o montante de R\$ 1.398, referente as despesas com profissionais-chave.

- (a) Contempla o valor total de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da Administração e Diretoria (conselho de administração e diretoria não estatutária; e
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram efetuados pagamentos de PPR no montante de R\$ 243.

9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

| Taxa remuneração - garantia em emissão de dívidas | 2024 | 2023 |
|---|---------|----------|
| 1,30% a.a. | (9.045) | (13.204) |

10. Ativo Imobilizado e imobilizações em andamento

| | Imobilizado | | | Total em operação | Imobilizações em andamento | Total imobilizado |
|--|---------------------|-------------------------|--------------|-------------------|----------------------------|-------------------|
| | Móveis e utensílios | Máquinas e equipamentos | Veículos | | | |
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | - | - | - | - | 9.481 | 9.481 |
| Adições | - | - | - | - | 2.357 | 2.357 |
| Transferências | 65 | 1.909 | 3.602 | 5.576 | (5.576) | - |
| Depreciação | (4) | (58) | (683) | (745) | - | (745) |
| Outros | - | - | (211) | (211) | - | (211) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 61 | 1.851 | 2.708 | 4.620 | 6.262 | 10.882 |
| Custo | 65 | 1.909 | 3.391 | 5.365 | 6.262 | 11.627 |
| Depreciação acumulada | (4) | (58) | (683) | (745) | - | (745) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 61 | 1.851 | 2.708 | 4.620 | 6.262 | 10.882 |
| Adições | - | - | - | - | 1.256 | 1.256 |
| Baixas | - | (49) | - | (49) | - | (49) |
| Transferências | 81 | 2.402 | 435 | 2.918 | (2.918) | - |
| Reclassificação entre imobilizado e intangível | - | - | - | - | (190) | (190) |
| Depreciação | (8) | (657) | (912) | (1.577) | - | (1.577) |
| Outros | - | (77) | (30) | (107) | - | (107) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 134 | 3.470 | 2.201 | 5.805 | 4.410 | 10.215 |
| Custo | 146 | 4.182 | 3.796 | 8.124 | 4.410 | 12.534 |
| Depreciação acumulada | (12) | (712) | (1.595) | (2.319) | - | (2.319) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 134 | 3.470 | 2.201 | 5.805 | 4.410 | 10.215 |
| Taxa média anual de depreciação % | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 10 | 20 | 24 | | | |

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos de empréstimos no montante de R\$ 307 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 733 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 4,87% a.a. e 11,35% a.a., respectivamente.



11. Intangível e infraestrutura em construção

| | Intangível | | | | | |
|--|--|-------------------------|--------------------------------------|-------------------|------------------------------|---------------------|
| | Exploração da infraestrutura concedida | Sistemas informatizados | Sistemas informatizados em andamento | Total em operação | Infraestrutura em construção | Total do intangível |
| Saldo em 1º de janeiro de 2023 | 806.547 | - | 2.632 | 809.179 | 27.716 | 836.895 |
| Adições | - | - | 919 | 919 | 138.410 | 139.329 |
| Transferências | 12.340 | 1.316 | (1.316) | 12.340 | (12.340) | - |
| Amortização | (12.983) | (37) | - | (13.020) | - | (13.020) |
| Outros | (752) | - | - | (752) | - | (752) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 805.152 | 1.279 | 2.235 | 808.666 | 153.786 | 962.452 |
| Custo | 827.549 | 1.316 | 2.235 | 831.100 | 153.786 | 984.886 |
| Amortização Acumulada | (22.397) | (37) | - | (22.434) | - | (22.434) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | 805.152 | 1.279 | 2.235 | 808.666 | 153.786 | 962.452 |
| Adições | - | - | 653 | 653 | 545.656 | 546.309 |
| Transferências | 547.036 | 1.840 | (1.840) | 547.036 | (547.036) | - |
| Reclassificação entre imobilizado e intangível | - | 190 | - | 190 | - | 190 |
| Amortização | (14.706) | (430) | - | (15.136) | - | (15.136) |
| Outros | (211) | (1) | - | (212) | (236) | (448) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 1.337.271 | 2.878 | 1.048 | 1.341.197 | 152.170 | 1.493.367 |
| Custo | 1.374.374 | 3.345 | 1.048 | 1.378.767 | 152.170 | 1.530.937 |
| Amortização Acumulada | (37.103) | (467) | - | (37.570) | - | (37.570) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 1.337.271 | 2.878 | 1.048 | 1.341.197 | 152.170 | 1.493.367 |
| Taxa média anual de amortização % | | | | | | |
| Em 31 de dezembro de 2024 | (*) | 20 | | | | |

(*) Amortização pela curva do benefício econômico.

Infraestrutura em construção

O montante de infraestrutura em construção em 31 de dezembro de 2024, refere-se, principalmente, às obras detalhadas a seguir:

| Principais obras | 138.624 |
|---|---------|
| Obras contratuais fase 1B | 87.847 |
| Serviços de desenvolvimento e implantação de sistemas | 28.302 |
| Obras de ampliação e adequação dos Aeroportos | 13.615 |
| Revitalização de cameras no aeroporto | 3.434 |
| Frotas | 3.214 |
| Revitalização do sistema de controle de acesso no aeroporto | 2.212 |

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos no montante de R\$ 81.337 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 8.149 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de debêntures) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram de 4,87% a.a. e 11,35% a.a., respectivamente.



12. Fornecedores

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Circulante | 35.517 | 34.089 |
| Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a) | 23.331 | 32.744 |
| Fornecedores e prestadores de serviços estrangeiros (a) | 45 | - |
| Cauções e retenções contratuais (b) | 12.141 | 1.345 |
| Não circulante | 140 | 374 |
| Fornecedores e prestadores de serviços nacionais (a) | 140 | 374 |
| Total | 35.657 | 34.463 |

(a) Refere-se, principalmente, aos valores a pagar por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados a obras de melhorias, manutenção e conservação; e

(b) Trata-se de garantia contratual estabelecida com prestadores de serviços, destinada a suprir eventuais inadimplências fiscais e trabalhistas destes prestadores, em decorrência de responsabilidade solidária da Companhia.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

| | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Circulante | 15.080 | 14.048 |
| Salários e remunerações a pagar | 1.693 | 1.406 |
| Benefícios, gratificações e participações a pagar | 7.995 | 7.156 |
| Encargos sociais e previdenciários | 1.921 | 2.271 |
| Provisão para férias | 3.471 | 3.215 |
| Não circulante | 75 | 98 |
| Gratificações e participações a pagar | 75 | 98 |
| Total | 15.155 | 14.146 |

14. Empréstimos e financiamentos

| Instituições financeiras | Taxas contratuais | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a) | Vencimento final | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar | 2024 | 2023 |
|---|-------------------|--|------------------|--------------------------------|-------------------------------|----------------|-----------|
| BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos | 6,0323% a.a. | 6,4131% (a) | Julho de 2045 | 230 | 225 | 8.143 | - (b) |
| BNB - 1º, 2º e 3º desembolsos | 6,5594% a.a. | 6,9531% (a) | Julho de 2045 | 3.593 | 3.514 | 127.194 | - (b) |
| BNDES - FINEM I (Subcrédito A - 1º desembolso | IPCA + 8,052378% | 8,4241% (a) | Outubro de 2047 | 1.698 | 1.662 | 68.690 | - (b) (c) |
| | | | | Total | 5.401 | 204.027 | - |

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------|----------------|----------|
| Circulante | 2.164 | - |
| Financiamentos | 2.544 | - |
| Custos de transação | (380) | - |
| Não circulante | 201.863 | - |
| Financiamentos | 206.884 | - |
| Custos de transação | (5.021) | - |
| Total | 204.027 | - |



- (a) O custo efetivo destas transações refere-se aos custos incorridos na emissão dos títulos e não considera taxas pós-fixadas, uma vez que a liquidação dos juros e principal dar-se-á no final da operação e na data de cada transação não são conhecidas as futuras taxas aplicáveis. Estas taxas somente serão conhecidas com a fluência do prazo de cada transação. Quando uma operação possui mais de uma série/tranche, está apresentada à taxa média ponderada;

Garantias:

- (b) Fiança bancária; e
(c) Aval/ fiança corporativa da CCR na proporção de sua participação acionária direta/indireta.

| Cronograma de desembolsos (não circulante) | 2024 |
|--|----------------|
| 2026 | 6.193 |
| 2027 | 10.415 |
| 2028 | 10.415 |
| 2029 | 10.415 |
| 2030 em diante | 169.446 |
| (-) Custo de transação | (5.021) |
| Total | 201.863 |

A Companhia possui contratos financeiros, como empréstimos e financiamentos, com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados aos empréstimos e financiamentos.

15. Debêntures

| Série | Taxas contratuais | Taxa efetiva do custo de transação (% a.a) | Vencimento final | Custos de transação incorridos | Saldos dos custos a apropriar | 2024 | 2023 |
|--------------------------|-------------------|--|------------------|--------------------------------|-------------------------------|----------------|-------------------------|
| 3ª Emissão - Série única | IPCA + 6,96% a.a. | 7,0561% (a) | Outubro de 2047 | 6.876 | 6.560 | 850.498 | 809.041 (b) (c) (d) (e) |
| | | | | Total geral | 6.560 | 850.498 | 809.041 |

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------|----------------|----------------|
| Circulante | 11.947 | 9.901 |
| Debêntures | 12.241 | 10.175 |
| Custos de transação | (294) | (274) |
| Não circulante | 838.551 | 799.140 |
| Debêntures | 844.817 | 805.700 |
| Custos de transação | (6.266) | (6.560) |
| Total | 850.498 | 809.041 |

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR;



Garantias:

- (b) Garantia real;
- (c) Alienação fiduciária;
- (d) Cessão fiduciária de direitos da concessão e creditórios; e
- (e) Fiança corporativa dos acionistas na proporção de sua participação acionária até o *completion*.

| Cronograma de desembolsos (não circulante) | 2024 |
|--|----------------|
| 2026 | 1.267 |
| 2027 | 4.226 |
| 2028 | 7.606 |
| 2029 | 10.564 |
| 2030 em diante | 821.154 |
| (-) Custo de transação | (6.266) |
| Total | 838.551 |

A Companhia possui contratos financeiros de debêntures com cláusulas de *cross default* e/ou *cross acceleration*, que estabelecem vencimento antecipado, caso deixe de pagar valores devidos em outros contratos por ela firmados ou caso ocorra o vencimento antecipado dos referidos contratos. Os indicadores são constantemente monitorados a fim de evitar a execução de tais cláusulas. Não há quebra de *covenants* relacionados às debêntures.

16. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias.

16.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

| | Cíveis e administrativos | Trabalhistas e previdenciários | Tributários | Total |
|--|-----------------------------|-----------------------------------|-------------|-----------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | - | 29 | - | 29 |
| Constituição | 67 | 122 | 16 | 205 |
| Reversão | (2) | (48) | - | (50) |
| Pagamentos | (63) | (53) | (16) | (132) |
| Atualização de bases processuais e monetária | 2 | 1 | - | 3 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | 4 | 51 | - | 55 |

16.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Companhia possui outros riscos relativos a questões cíveis, trabalhistas, previdenciários e tributárias, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os



quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

| | 2024 | 2023 |
|--------------------------------|--------------|------------|
| Cíveis | 419 | 12 |
| Trabalhistas e previdenciários | 13 | 10 |
| Tributários | 5.468 | 195 |
| Total | 5.900 | 217 |

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito da Companhia é de R\$ 935.705, composta por 935.705.000 ações, todas nominativas e sem valor nominal

Em 15 de fevereiro de 2024, houve integralização de capital social no montante de R\$ 60.300, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Junho de 2021.

Em 20 de maio de 2024, houve integralização de capital social no montante de R\$ 17.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Junho de 2021.

Em 8 de julho de 2024, houve integralização de capital social no montante de R\$ 30.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Junho de 2021.

17.2. Plano de Incentivo de Longo Prazo, liquidável em Ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de junho de 2024 pela Controladora indireta, houve outorga de novo Plano de Incentivo de Longo Prazo, com as características e parâmetros de precificação abaixo:

Parcela de Performance

- Quantidade de ações outorgadas - parcela de performance: 12.587 ações;
- Data da outorga: 26 de junho de 2024;
- Preço corrente (TSR do ano anterior): R\$ 13,04;
- Preço de exercício (TSR alvo) para cada tranche: R\$ 14,61, R\$ 16,44 e R\$ 18,46;
- Volatilidade esperada (Desvio-padrão do logaritmo natural da variação diária das ações da Companhia entre janeiro de 2003 até a data-base da outorga): 2,46%;
- *Dividend Yield* (média histórica anual desde 2003): 4,13%;
- Taxa de juros livre de risco para cada tranche: 10,03%, 8,84% e 8,83%;
- Prazo total: 3 anos para a 1ª parcela (2 anos de *vesting*), 4 anos para a 2ª parcela (3 anos de *vesting*) e 5 anos para a 3ª parcela (4 anos de *vesting*).

Parcela de Retenção

O valor justo da parcela atrelada à retenção, 12.587 ações, foi determinado pelo preço de mercado das ações da Controladora indireta, em 26 de junho de 2024 (data de outorga), de R\$ 11,80, e está condicionada apenas à passagem do tempo e à prestação do serviço por parte dos funcionários.



No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi reconhecido como despesa, em contrapartida a reserva de capital, o montante de R\$ 240.

18. Receitas operacionais líquidas

| | 2024 | 2023 |
|--|-----------------|-----------------|
| Receita bruta | 795.167 | 383.330 |
| Receitas tarifárias | 214.526 | 193.811 |
| Receitas não tarifárias | 107.033 | 86.180 |
| Receitas de construção (ICPC 01 R1) | 473.278 | 103.004 |
| Receita de prestação de serviço de partes relacionadas | 330 | 335 |
| Deduções das receitas brutas | (41.933) | (39.410) |
| Impostos sobre receitas | (40.196) | (34.891) |
| Abatimentos | (1.737) | (4.519) |
| Receita operacionais líquidas | 753.234 | 343.920 |

19. Resultado financeiro

| | 2024 | 2023 |
|--|-----------------|------------------|
| Despesas financeiras | (37.997) | (119.389) |
| Juros sobre debêntures e financiamentos | (63.465) | (108.728) |
| Variação monetária sobre debêntures e financiamentos | (39.540) | (5.700) |
| Comissão de fianças partes relacionadas | (10.288) | (13.204) |
| Comissão de fianças | (3.826) | - |
| Capitalização de custo dos empréstimos | 81.644 | 8.882 |
| Arrendamento | (7) | (9) |
| Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros | (45) | (1) |
| Taxas, comissões e outras despesas financeiras | (2.470) | (629) |
| Receitas financeiras | 13.083 | 17.979 |
| Rendimento sobre aplicações financeiras | 12.111 | 16.880 |
| Variações cambiais sobre fornecedores estrangeiros | 3 | 71 |
| Juros e outras receitas financeiras | 969 | 1.028 |
| Resultado financeiro líquido | (24.914) | (101.410) |

20. Instrumentos financeiros

20.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.



| | | 2024 | 2023 |
|---|--------------|--------------------|------------------|
| Ativos | Nível | 91.802 | 202.586 |
| Valor justo através do resultado | | 58.523 | 172.715 |
| Caixa e bancos | Nível 2 | 1.011 | 228 |
| Aplicações financeiras | Nível 2 | 54.373 | 172.487 |
| Aplicações financeiras - conta reserva | Nível 2 | 3.139 | - |
| Custo amortizado | | 33.279 | 29.871 |
| Contas a receber | | 33.207 | 29.700 |
| Contas a receber de partes relacionadas | | 72 | 171 |
| Passivos | Nível | (1.116.027) | (854.071) |
| Custo amortizado | | (1.116.027) | (854.071) |
| Debêntures (a) | | (850.498) | (809.041) |
| Financiamentos (a) | | (204.027) | - |
| Fornecedores e outras obrigações | | (37.801) | (40.014) |
| Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas | | (23.701) | (5.016) |
| Total | | (1.024.225) | (651.485) |

(a) Os valores contábeis estão líquidos dos custos de transação.

Debêntures mensuradas ao custo amortizado - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

| | 2024 | | 2023 | |
|----------------|----------------|-------------|----------------|-------------|
| | Valor contábil | Valor justo | Valor contábil | Valor justo |
| Debêntures (a) | 857.058 | 748.043 | 815.875 | 1.034.526 |

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3, ANBIMA e Bloomberg), adicionados *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de componentes de risco de crédito, que considera como *spread* a curva de crédito ANBIMA triple A na data base.

20.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e as premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Companhia adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.



20.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de debêntures e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2025, ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.

| Risco | Exposição em R\$ ^{(4) (5)} | Efeito em R\$ no resultado | | |
|---|-------------------------------------|----------------------------|------------------|------------------|
| | | Cenário provável | Cenário A 25% | Cenário B 50% |
| IPC-A | 1.066.485 | (122.572) | (136.087) | (149.602) |
| Efeito sobre debêntures, empréstimos e financiamentos | | (122.572) | (136.087) | (149.602) |
| CDI | 57.557 | 6.994 | 8.742 | 10.490 |
| Efeito sobre aplicações financeiras | | 6.994 | 8.742 | 10.490 |
| Total do efeito de ganho / (perda) | | (115.578) | (127.345) | (139.112) |
| Total do efeito líquido de ganhos / (perdas)⁽¹⁾ | CDI ⁽²⁾ | 12,1500% | 15,1875% | 18,2250% |
| | IPC-A ⁽³⁾ | 4,8300% | 6,0375% | 7,2450% |

(1) As taxas apresentadas acima serviram como base para o cálculo, sendo as mesmas utilizadas nos 12 meses do cálculo:

Nos itens (2) a (4) abaixo, estão detalhadas as premissas para obtenção das taxas do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2024, divulgada pela B3;
- (3) Variação anual acumulada nos últimos 12 meses, divulgada pelo IBGE;
- (4) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e não consideram os saldos de juros em 31/12/2024, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (5) Os cenários de estresse contemplam depreciação dos fatores de risco (CDI e IPCA).

21. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Concessionária assumiu compromissos em seu contrato de concessão que contemplam investimentos (melhorias e grandes manutenções periódicas) a serem realizados durante o prazo da concessão. Os valores demonstrados abaixo refletem o valor dos investimentos estabelecidos no início do contrato de concessão, ajustado por reequilíbrios firmados com o Poder Concedente e atualizados anualmente pelos índices de reajuste tarifário (IRT), portanto não contemplam eventuais diferenças frente a preços de mercado e a outros indicadores de correção de preços:

| | 2024 | 2023 |
|-----------------------------|------|---------|
| Compromisso de investimento | - | 512.706 |

Os valores acima não incluem eventuais investimentos contingentes, de nível de serviço, casos em discussão para reequilíbrio e manutenções menores não periódicas.



22. Demonstrações dos fluxos de caixa

22.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa, as quais estão demonstradas abaixo:

| | 2024 | 2023 |
|--|-----------------|-----------------|
| Efeito no caixa líquido das atividades operacionais | (29.244) | 29.244 |
| Tributos a recuperar | (319) | (963) |
| Fornecedores | (29.244) | 29.244 |
| Efeito no caixa líquido das atividades de investimentos | 29.244 | (29.244) |
| Adições ao intangível | 29.244 | (29.244) |
| Outras ativo imobilizado e intangível | 319 | 963 |

22.2. Atividades de financiamento

A Companhia classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações do contrato de concessões.

A reconciliação das atividades de financiamento está demonstrada a seguir:

| | Capital social | Debêntures, empréstimos e financiamentos | Arrendamento | Total |
|---|------------------|--|--------------|--------------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2023 | (480.010) | (809.041) | (119) | (1.289.170) |
| Variações dos fluxos de caixa de financiamento | (107.300) | (142.479) | 32 | (249.747) |
| Captações (líquidas dos custos de transação) | - | (211.928) | - | (211.928) |
| Pagamentos de principal e juros | - | 69.449 | 32 | 69.481 |
| Integralização de capital | (107.300) | - | - | (107.300) |
| Outras variações que não afetam o caixa | - | (103.005) | (7) | (103.012) |
| Juros e variações monetárias sobre debêntures | - | (103.005) | - | (103.005) |
| Reversão do ajuste a valor presente | - | - | (7) | (7) |
| Saldo em 31 de dezembro de 2024 | (587.310) | (1.054.525) | (94) | (1.641.929) |

23. Eventos subsequentes

Em 25 de fevereiro de 2025, houve integralização de capital social no montante de R\$ 61.000, aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de Junho de 2021.



Composição do Conselho de Administração

| | |
|------------------------------------|----------------|
| Waldo Edwin Pérez Leskovar | Presidente |
| Ana Maria de Castro Rovai | Membro efetivo |
| Marcus Vinícius Vieira Macedo | Membro efetivo |
| Monique Henriques Barbato de Souza | Membro efetivo |
| Rodrigo Siqueira Abdala | Membro efetivo |

Composição da Diretoria

| | |
|----------------------------|--------------------|
| Waldo Edwin Pérez Leskovar | Diretor Presidente |
| Macius Faria Moreno | Diretor |

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0